

INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO EM UMA TURMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE PARNAÍBA-PI

Maria Durciane Oliveira Brito¹

Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC

durciane@hotmail.com

Afrânio Jorge Campos Barbosa²

Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC

aframeiro@hotmail.com

Katia Maria de Aguiar Freire³

Universidad Tecnológica Intercontinental - UTIC

katiamfreire@gmail.com

Maria Aurioneida Carvalho Fernandes⁴

Centro Universitário Uninassau- UNINASSAU

aurioneida@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo vem discorrer acerca da relação pedagógica que se estabelece entre o professor e o aluno surdo inserido dentro da modalidade de ensino regular da rede pública da cidade de Parnaíba-PI. Esta pesquisa foi baseada em alguns dos principais teóricos que tratam, de uma forma global, da problemática abordada, como *Goldefld (2002)*, *Sá (1999)*, *Eriksson (1998)*, *Lodi (2005)*, *Quadros (1997)*, *Perlin e Strobel (2006)*, dentre outros. Na metodologia, partiu-se do pressuposto que pesquisa qualitativa, considerações finais aborda o resultado do trabalho e as possíveis soluções do mesmo.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão; Surdo; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The present study discusses the pedagogical relationship established between the teacher and the deaf student inserted within the regular teaching modality of the public network of the city of Parnaíba-PI. This research was based on some of the main theoreticians that deal with the problem, such as *Goldefld (2002)*, *Sá (1999)*, *Eriksson (1998)*, *Lodi (2005)*, *Quadros (1997)*, *Perlin and Strobel (2006)*, among others. In the methodology, it was assumed the qualitative research.

Keywords: Inclusion; Deaf; Pedagogical practices.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela UTIC- PY, Pedagoga pela UFPI- PI, Especialista em Língua Brasileira de Sinais INTA- PI; Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela UFPI - PI; Especialista em Educação Infantil pela ISEPRO- PI; Pós graduanda em Psicopedagogia pelo DEXTER - PI; Graduanda em Letras Libras pela UNIASSELVI - PI.

² Mestrando em Ciências da Educação pela UTIC- PY; Engenheiro Civil pelo UFAL; Especialista Engenharia de Estruturas pelo UFAL; Professor de Ensino Básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Alagoas - IFAL.

³ Mestranda em Ciências da Educação pela UTIC- PY ; Graduada em pedagogia com habilitação em Biologia pela UVA- CE, especialista em Psicopedagogia clínica e Institucional/ Gestão e Supervisão Escolar pelo INTA- CE. Professora e Psicopedagoga da Faculdade Ieducare – FIED – Tianguá – CE.

⁴ Pedagoga pela UFPI - PI; Especialista em Ensino e Aprendizagem pela UESPI- PI; Especialista em Fundamentos da Educação Especial pela UFMS, Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela FACET; Professora de Educação Inclusiva e Libras na Pedagogia

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva discorrer sobre da relação pedagógica que se estabelece entre o professor e o aluno surdo inserido dentro da modalidade de ensino regular da rede pública da cidade de Parnaíba-PI. A inclusão desse aluno na escola de ensino regular tem incitado debates e discussões polêmicas entre pesquisadores, estudiosos, profissionais e famílias que almejam uma real melhora na qualidade de ensino ofertada.

A abordagem do tema vem sendo realizada a partir de olhares diferenciados, apontando direitos desse grupo, apropriação e exercício da Língua de Sinais, uso da linguagem oral, abordagem diferenciada e métodos de ensino e formação dos profissionais envolvidos.

Essa abordagem nova e a importância prestada sobre ela se faz necessária, pois desde os primórdios os surdos vêm passando por diversos processos de inclusão, passando, primeiramente, pela segregação e exclusão do sujeito dentro da sociedade. Na antiguidade, por exemplo, os surdos eram vistos como loucos, débeis mentais e até incapazes de pensar, de agir e de se expressar. Muitos deles são, até hoje, chamados por vários estereótipos, devidos sua ausência de fala. Quanto à sua dificuldade, essa não se encontra nas cordas vocais e sim no canal auditivo, por conta disso não é correto chamar “Surdo-Mudo” ou “mudinho” e sim “surdo”.

Ainda sobre a evolução do atendimento aos surdos, com o decorrer do tempo, várias pessoas começaram a despertar o interesse por estudar a cultura e comunidade surda, trabalhando o processo de alfabetização com ela. Destacou-se, primeiramente o oralismo (desenvolvimento da oralização), seguido pela Comunicação Total (é a junção do oralismo com a língua de sinais) e o Bilinguismo (língua de sinais e a língua escrita de cada País). Dentre os professores que se destacaram no mundo pelo interesse no assunto temos: Ivan Pablo Bonet, Espanha; Abbed Charles Miguel de L' Epée, França; Moritz Hill, Alemanha; Gran Bell, nos EUA e OvideDecroly, na Bélgica.

No que concerne aos métodos existentes, o Bilinguismo é o mais eficiente na inclusão do surdo. Segundo Goldefld (2002, pág. 42): “O Bilinguismo tem por pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua

materna a língua de sinais, que é considerada a língua dos surdos e, como segunda língua oficial, a de seu país”.

Mediante tudo isso, essa pesquisa busca identificar as principais dificuldades encontradas pelo docente no ensino/aprendizagem do aluno surdo na cidade de Parnaíba-PI, investigar quais os recursos pedagógicos o docente utiliza em sala de aula, descrever as maneiras de incluir o aluno com surdez no processo de ensino-aprendizagem e compreender a metodologia utilizada pelo docente na maneira de dialogar (sinalizar) com aluno em sala de aula. Estas questões são extremamente importantes no processo de ensino desse sujeito no âmbito educacional, pois é neste ambiente que o aluno surdo passa a metade de seus dias, tendo contato com várias pessoas, as quais não sabem se comunicar com o mesmo.

A relevância social do problema aqui investigado vem da dificuldade enfrentada pela comunidade surda em nossa sociedade. Infelizmente a minoria ainda encara muitos desafios, sofrendo discriminação, onde muitas vezes são colocados de lado e deixados em segundo plano pelo fato de não compreenderem o que a maioria diz e faz no dia a dia na escola.

Dessa maneira, a partir dos resultados alcançados nessa pesquisa ora exposta, é possível identificar que tipo de relação é estabelecido entre os sujeitos deste estudo, em uma perspectiva pedagógica, traçando, assim, uma identidade dita inclusiva, nas práticas educativas no caso investigado.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1.PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO DO SURDO

Para Eriksson (1998), existem várias histórias que explicam o surgimento e o desenvolvimento do conceito de surdo no mundo. Na Antiguidade, dentre os muitos erros de definição das pessoas surdas, um deles se encontra no fato de eles serem tidos até como “deuses” ou como seres diabólicos que precisavam ser punidos, mas nunca como pessoas normais. Além disso, devido ao fato de não falarem, eles não eram considerados nem “humanos”, quanto mais cidadãos, mas até incapazes, como pregava Aristóteles. Eram proibidos de casar, de se confessar, ir à igreja ou participar das principais festividades existentes na época.

Essa segregação se dava pela falta de conhecimento e de interesse de reconhecer o outro como sujeito normal. A história dos surdos se repete em diversos países do mundo da seguinte maneira, como nos mostra Sá (1999, p.3), em um tom crítico:

Primeiramente, os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e, afinal, conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos.

Na Idade Média, por outro lado, o médico italiano Girolamo Cardano (1501-1576), que tinha um filho surdo, declarou que surdos poderiam ser ensinados a ler e a escrever sem a utilização da fala. Outro educador foi Frei Pedro Ponce de Leon (1520-1584), monge espanhol que ensinava surdos filhos de famílias nobres a ler os lábios, a falar, a rezar e a conhecer as doutrinas do Cristianismo; ensinava os surdos primogênitos das famílias nobres a falar para que assim tivessem direito às suas heranças.

Seu trabalho não apenas influenciou os métodos de ensino para surdos no decorrer dos tempos, como também demonstrou que eram falsos os argumentos médicos e filosóficos e as crenças religiosas da época sobre a incapacidade dos surdos para o desenvolvimento da linguagem e, portanto, para toda e qualquer aprendizagem (LODI, 2005, p. 411).

Assim, com o passar dos anos, começaram a surgir professores que desenvolviam trabalhos com os surdos, utilizando vários métodos de ensino que surgiam em cada época. Destacou-se, primeiramente, o Oralismo (treinamento auditivo, leitura labial e o desenvolvimento da fala), depois a Comunicação Total e a abordagem por meio do Bilinguismo (AEE Atendimento Educacional Especializado), sendo que esse último se torna o mais adequado método para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como primeira língua e, a partir daí, passa-se para o ensino da segunda língua que é o Português, no caso do nosso país, que pode ser desenvolvido na modalidade escrita ou oral. Assim, defende Quadros (1997, p.27):

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais.

Alguns professores ao redor do mundo se dedicaram a educação de surdos: na Espanha foi Ivan Pablo Bonet; na França, Abbé Charles Michel de L'Épée; na Alemanha, Moritz Hill; no Canadá e nos EUA Alexandre Gram Bell e na Bélgica, Ovide Decroly. Esses educadores deram uma grande contribuição na história da educação dos surdos no mundo.

Já no Brasil, a educação de surdos ocorreu por volta de 16 de janeiro de 1857, sob a Lei nº 839, assinada por D. Pedro I, quando ocorreu a fundação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), tendo como diretor o surdo Ernest Huet. Foram, então, trazidos para o Brasil os sinais do Instituto de Paris.

No ano de 1880, em Milão, na Itália, aconteceu o marco da história dos surdos: o II Congresso Internacional de Professores Surdos, que tinha à frente também o professor Alexander Gran Bell. Nesta conferência aprovou-se o método oral como o mais eficaz para a educação dos surdos. Assim, Windell (1992, p.26), apud Perlin e Strobel(2006) explicam:

[...] ficou decidido no Congresso Internacional de Professores Surdos, em Milão, que o método oral deveria receber o status de ser o único método de treinamento adequado para pessoas surdas. Ao mesmo tempo, o método de sinais foi rejeitado porque alegava que ele destruía a capacidade de fala das crianças. O argumento para isso era que “todos sabem que as crianças são preguiçosas”, e por isso, sempre que possível, eles mudariam da difícil oral para a língua de sinais.

Naquele ano adotou-se o Oralismo como a melhor forma de comunicação da comunidade surda, sendo que os que decidiram foi a grande maioria e os mesmos não eram surdos. Perlin e Strobel (2006, p.13) explicam:

[...] o foco ficou em torno do Oralismo e da língua de sinais. Numa votação de 160 votos contra 4 votos, ficou oficialmente proibido o uso da língua de sinais, decidindo-se que deveriam ser empregados métodos orais na educação de surdos.

Aquele não foi o método mais apropriado, pois os surdos permaneceram excluídos da sociedade, tinham suas mãos amarradas e recebiam castigos corporais quando tentavam se comunicar por meio dos sinais. Essa escolha não facilitou e nem valorizou a comunicação com a Língua de Sinais, já que, de acordo com os estudos hodiernos, esta é a maneira mais eficaz de comunicação entre eles.

Já em meados dos anos de 1980, esta realidade aos poucos foi adquirindo novos contornos, porque alguns estudiosos e educadores começaram a perceber que os surdos podem ser educados com eficácia pela Língua de Sinais, embora até o século XV não existisse escola para surdos.

Com o passar do tempo, surge a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, onde a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como segunda língua oficial do Brasil, e o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, regulamentam esta lei, sendo que a finalidade é difundir e expandir os direitos e deveres do sujeito surdo na sociedade.

2.2.A INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA NA ESCOLA

Mediante a proposta educacional do bilinguismo a criança deve ser inserida no ambiente escolar desde a educação infantil, onde estará dentro da sala regular de ensino, junto com os demais discentes. Na sala de aula regular é trabalhada a língua oficial do país, onde a mesma vive, no caso o português na modalidade oral e escrita. Mas a aquisição da língua da criança surda deve ser garantida através da língua visual-espacial, visto que é por meio da visão e dos sinais que o sujeito surdo compreende. No caso do Brasil é por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Assim, se a criança surda chega na escola e não tem contato com a sua língua materna, é necessário que seja retomado o trabalho para a parte visual – sinais – e que ela tenha contato com outras pessoas que utilizem sua própria língua materna. Com isso a escola oferece métodos que contribuem para o desenvolvimento desse aluno. Lacerda (2014, p. 50) afirma que:

[...] A escola deve oferecer oportunidades para que a criança se torne bilíngue, esteja em interação com a comunidade surda, podendo se reconhecer como pertencente a ela e reconhecer a ela e reconhecer aspectos pertinentes à surdez.

Esse poderá ser o maior desafio das escolas regulares, visto que a grande maioria ainda não tem profissionais capacitados, com domínio de LIBRAS para trabalhar com esses discentes, embora em alguns casos existam os interpretes educacionais. Nesse sentido do profissional se requer um pouco mais de preparação, visto que a criança está na fase de aquisição da linguagem.

Ainda na sala de aula regular o aluno surdo deverá ter contato com as duas línguas de seu país, primeiro a LIBRAS como sua primeira língua (L1) e o português na

modalidade escrita como a sua segunda língua (L2). Por outro lado, Quadros diz que “Quanto ao ensino da língua portuguesa, a proposta bilíngue para surdos concebe o seu desenvolvimento baseado em técnicas de ensino de segundas línguas”. (2008, p. 29). Em muitos casos a criança surda não é exposta a sua L1 e sim a L2 com as suas modalidades (escrita e oral). O que se pode notar é que na maioria das escolas inclusivas existe a valorização da Língua Portuguesa como primeira língua para o aluno surdo ao invés de se trabalhar com a LIBRAS. De acordo com Goldefld (2002, p. 42):

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada como língua natural dos surdos e, como segunda língua oficial a de seu país.

Uma vez que os professores acreditam que o desempenho escolar desses alunos só pode se realizar a partir do momento em que eles possuem o domínio da escrita brasileira, surge um grande problema: a evasão dos alunos surdos, porque para eles a primeira língua (L1) é a língua de sinais e não a portuguesa. Segundo Goldefld 2002, p. 43 explica:

Isto não significa que a aprendizagem da língua oral não seja tão importante para o surdo, ao contrário, este aprendizado é bastante desejado, mas não é percebido como o único objetivo educacional do surdo, nem como uma possibilidade de minimizar as diferenças causadas pela surdez.

A proposta educacional do bilinguismo propõe a liberdade do aluno de se expressar por meio de sua língua, tendo o acesso à educação com uma maior facilidade, tendo respeitada sua diferença e garantida a sua respectiva formação relacionada à Língua Brasileira de Sinais com a Língua Portuguesa. As duas línguas devem estar disponíveis ao aluno simultaneamente no ambiente escolar.

A inclusão de alunos surdos ainda tem muito a enfrentar no sistema educacional brasileiro, visto que ainda há muita desigualdade linguística em sala de aula. Não se tem a garantia de acesso aos conhecimentos trabalhados no ambiente escolar e nem material didático específico aos alunos com surdez, pois eles ainda não estão com o domínio completo da Língua Portuguesa.

3. METODOLOGIA

3.1.ABORDAGEM DE PESQUISA

Partindo do pressuposto que pesquisa qualitativa é aquela que “[...] preocupasse com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem” (GONSALVES, 2007, p.69), foi tomada essa linha de estudo para verificar a relação pedagógica entre professor e o aluno no contexto de uma sala de aula de escola pública da rede municipal da cidade de Parnaíba.

Deste modo, a pesquisa seguiu seus objetivos de maneira descritiva onde segundo Gil (2002, p.42) “[...] suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como questionário e a observação”. Deu-se a pesquisa, buscando um maior aprofundamento na temática abordada, confrontando os dados obtidos com os sujeitos da pesquisa e abordagem teórica que fundamenta este estudo.

3.2.SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foi a docente de uma turma de infantil V, no qual foi realizada uma entrevista semiestruturada e observação em sala de aula. Ali foram observados o contato do aluno surdo com os demais estudantes no ambiente educacional e as técnicas utilizadas pela professora no processo de interação com o discente com surdez.

3.3.CAMPO

A referida pesquisa de campo foi realizada em uma escola da Rede municipal da cidade de Parnaíba- PI, onde primeiramente foi feita uma exploração para saber se existia algum aluno surdo frequentando aquele ambiente educacional. Foi feita uma visita à escola explicando o objetivo da pesquisa e o sujeito que seria necessário para o processo de investigação e estudo da pesquisa. Em seguida foi explicado ao professor da sala que todos os dados coletados seriam de caráter sigiloso e que, para qualquer

divulgação na forma de artigo, seriam utilizados nomes fictícios, obedecendo aos princípios éticos da pesquisa. Diante disto foi dado início ao processo das observações.

Assim, a escola escolhida para a realização da pesquisa se deu pelo fato de oferecer turmas de Educação infantil e por ter em seu quadro de alunos matriculados um aluno com surdez, embora não seja a única escola da cidade que tenha um aluno surdo matriculado na educação infantil.

A referida escola está localizada na zona urbana da cidade de Parnaíba – PI, em um local bem movimentado em cruzamento de duas avenidas, se tornando de fácil acesso à comunidade. Atende nos turnos manhã, de 07h às 11h00min, e tarde, das 13h às 17h00min.

São matriculados nela vários alunos com diferentes deficiências. Ela é adaptada a estes alunos: possui rampa, cadeira de roda, uma sala de Atendimento Educacional especializado (AEE), professores auxiliares para estes alunos, material adaptado na sala de AEE para os discentes deficientes que frequentam aula em seu contra turno.

3.4. TIPOS DE PESQUISA

Gil (2002, p. 104) nos mostra que “[...]o pesquisador procura localizar os grupos adequados, procede a um trabalho de levantamento de dados dos sujeitos. Pode valer-se da observação, de questionários, de entrevistas e mesmo de registros documentais, quando estes são disponíveis”.

Primeiramente foi realizada uma entrevista com professor, para saber os tipos de práticas pedagógicas utilizadas pela docente em sala.

Para a realização da coleta, fez-se necessária organização dos instrumentos a serem utilizados por parte do pesquisador, e preparo para lidar com potenciais imprevistos que viessem a surgir durante o processo, de modo que a pesquisa não fosse afetada, pois acreditamos que a coleta de dados é parte essencial de uma pesquisa.

Foi realizada pesquisa de cunho qualitativa e observatório. Exigiu-se um esforço maior ao observar, pelo fato de ser uma turma de educação infantil e no momento a discente estar sem sua auxiliar. No entanto ela realizou todas as atividades propostas e teve sempre a participação do foco da pesquisa.

3.5. ANALISE DOS DADOS

Mediante a pesquisa realizada, foi proposto à docente responder alguns questionamentos, no qual foi abordado a quantidade de docência, onde a mesma relatou que tem 8 anos de profissão, outro questionamento foi que se a mesma já tinha tido algum aluno surdo e se conhecia a LIBRAS, relatou que nunca tinha recebido um aluno surdo, disse que já tinha um pequeno conhecimento sobre o assunto, conhecia os sinais básicos da LIBRAS e tinha um domínio para interagir com o discente. No entanto, sentia-se com dificuldade em trabalhar com ele, pois ainda não conhecia a LIBRAS além do mencionado, não tinha contato com outros surdos da sua idade e nem de idade superior, além de aquele ser o primeiro contato dele com o seu idioma.

Outro questionamento foi sobre as práticas pedagógicas utilizadas em sala, a docente relatou que procura sempre que possível adequar os materiais ao aluno, procurando sempre trabalhar a parte visual. Em sala de aula observa-se que é trabalhada bem a questão de imagens, com o alfabeto manual junto ao alfabeto em português, têm os números em LIBRAS, algumas saudações que estão expostas bem no início da sala.

Ao término foi questionado se a docente procura participar dos eventos na área da surdez e das libras, relatou que está cursando Letras LIBRAS pelo PARFOR. Com isso ela está modificando a sua prática pedagógica em sala e relata que antes ela tinha uma visão totalmente diferente do que tem hoje sobre trabalhar com surdos. Procura colocar seu aluno no meio dos demais e fazer com que ele interaja com os outros no momento do intervalo para dividir o lanche e oportuniza aos demais aprender os sinais. Os colegas procuram interagir com o aluno surdo, sendo que alguns já sinalizam timidamente, contribuindo assim para o processo de interação e alfabetização do discente em sua língua materna (LIBRAS).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o trabalho de inclusão, seja ele qual for, encontra barreiras, as mais diversas possíveis no Brasil – desde a falta de verba destinada para esse fim ou o simples fato de não haver interesse e responsabilidade por parte dos governantes para que a lei seja cumprida. E quando se fala em educação inclusiva, esse ponto negativo se mostra mais evidente, haja vista o pequeno número de alunos deficientes matriculados e com progresso nas escolas públicas.

Ao focar a educação para surdos na cidade de Parnaíba – PI nota-se, sem dificuldade alguma, que essa realidade vergonhosa se comprova. Mediante a escola pesquisada e a pesquisa feita com a docente e outras conversas informais sobre o assunto, somente em uma encontramos ambiente favorável ao aprendizado do aluno surdo, e mesmo assim com uma professora não capacitada para exercer a atividade com esse tipo de aluno, embora se tenha observado empenho e interesse da docente em cumprir sua obrigação.

A cobrança da comunidade como um todo também é observada como nula para a exigência no atendimento educacional especializado e de qualidade para o público surdo.

Mas essa mesma comunidade, especialmente escolar – alunos – veem com bons olhos e apoio o aluno com esse tipo de deficiência.

Fica, pois, claro que enquanto não for respeitada a lei no que se refere a repassar conhecimento formal e integrado nas salas de aula do ensino regular para os surdos, eles continuarão sendo colocados à margem da sociedade, sendo estereotipados e ignorados, não contribuindo com todo o potencial que podem oferecer, como qualquer outro cidadão.

Proposta de intervenção lúdica que os demais professores e as escolas comecem a trabalhar a disciplina de LIBRAS em sua grade, embora ainda não seja aceita como disciplina no município, uma aula durante a semana onde irá contribuir para a inclusão dos alunos surdos.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos, *Como elaborar projetos de pesquisa*/Antônio Carlos Gil. - 4.ed.SãoPaulo: Atlas, 2002.

GOLDEFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista*/ Márcia Goldefeld. 2º ed. – São Paulo: plexus Editora, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 4 ed. Campinas, SP: Alinea, 2007.

LACERDA, Cristina B. F. de. *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*/ Cristina B. F. Lacerda. – 6. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

LODI, Ana Claudia. *Plurilinguismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos*. *Revistas educação e pesquisa*, São Paulo, V. 31. N°3, 2005. P. 409-424.

QUADROS, Ronice Müllerde. *Educação de surdos [Recurso eletrônico]: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SÁ, W. R. L. *Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo*. Niterói: Eduff, 1999.